

Fazenda já projeta alta do PIB próxima de 1,6%

Por Fabio Graner | De Brasília

O próximo relatório bimestral de receitas e despesas, previsto para ser divulgado até o dia 22 de julho, deve trazer significativa redução da projeção de crescimento da economia brasileira para este ano. O Valor apurou que o número deve ficar em torno do já projetado pelo Banco Central, de 1,6%, e pelo mercado, cuja estimativa mais recente foi de crescimento de 1,53% para este ano.

Atualmente, a projeção oficial do relatório, divulgado em maio, é de expansão de 2,5%. Além do impacto da greve dos caminhoneiros - que o Ministério da Fazenda já havia calculado em 0,2 ponto percentual como efeito direto (sem considerar o impacto negativo que houve na confiança e que não foi estimado) -, a continuidade do aperto nas condições financeiras desde aquele mês, com juros e taxa de câmbio em forte alta no mercado financeiro, está sendo decisiva para a revisão em curso.

Os modelos econométricos (fórmulas matemáticas elaboradas para fazer as projeções) continuam a ser "rodados" quase que diariamente pelos técnicos do governo, e o número final ainda será definido, mas não deve ser muito diferente do nível previsto por BC e

mercado nas últimas semanas. Para 2019, a tendência é que a projeção seja de 2,5% de alta, embora o relatório bimestral não tenha obrigação de divulgar o número.

Será a segunda revisão para baixo que o governo está fazendo no PIB deste ano. A se confirmar um número próximo ao do BC, a reestimativa dessa vez será mais pronunciada do que a realizada em maio, quando saiu de 3% para o nível vigente.

A queda na expectativa de crescimento da economia naturalmente joga contra um cenário mais favorável de receitas, como vinha se configurando nos números fiscais divulgados até maio. De janeiro até o quinto mês do ano, os dados da Receita Federal vinham surpreendendo positivamente, mas, com a greve dos caminhoneiros e a turbulência no mercado, a incerteza se instalou no quadro para as contas públicas.

Uma fonte do governo apontou que, se de um lado um crescimento menos intenso do PIB joga contra a arrecadação, de outro a inflação mais alta (em junho o IPCA ficou em 1,26%, a taxa mais elevada para o mês desde 1995) contribui para os cofres do governo, elevando a base de tributação.

Por isso, em termos nominais, o

relatório que está sendo elaborado não apontaria uma mudança muito grande na estimativa de arrecadação, embora os números ainda devam ser alterados. Outro fator que pesou favoravelmente para a arrecadação foi que houve antecipação de vendas no varejo por conta da paralisação nas estradas, que, em um primeiro momento, ampliaria a arrecadação de tributos incidentes sobre o varejo, como o PIS e a Cofins. Por outro lado, a escalada do dólar prejudica a importação e, conseqüentemente, a receita gerada pelos produtos trazidos de fora do Brasil.

Independentemente dos ainda pouco claros impactos fiscais do quadro econômico, é importante destacar que o governo começou o ano vendendo otimismo com o PIB, apontando não só como superada a grave recessão dos dois anos anteriores, mas também dando como certa uma aceleração do crescimento para um ritmo até acima do que os técnicos do setor público consideram como potencial de expansão do país (que estaria entre 2,3% e 2,4%).

Seis meses depois, contudo, a equipe econômica agora liderada por Eduardo Guardia tem que lidar com um cenário no qual o crescimento tende a ser quase a metade do que se esperava, mantendo o nível de ociosidade da economia (tanto do capital como da mão-de-obra) em patamares elevados.

Projeto de lei de orçamento vai prever o impacto do programa

Por Fábio Pupo | De Brasília

O impacto orçamentário do programa automotivo Rota 2030 deve estar previsto no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) do ano que vem, que o governo tem que enviar ao Congresso Nacional até o fim do próximo mês. Para 2019, a previsão de renúncia de receitas com o pacote é de R\$ 2,113 bilhões.

Técnicos do Congresso avaliam que não é necessário alterar o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para incluir o impacto fiscal da medida provisória, já que ela foi assinada só na semana passada - depois de a PLDO ter sido enviada aos parlamentares. Além disso, o relator do documento - Dalirio Beber (PSDB-SC) - também já fez e divulgou sua proposta sobre o documento.

Para os consultores da Câmara dos Deputados e do Senado, o

caminho mais fácil para o governo é que aguarde o próximo passo, que é o envio da LOA. Dessa forma, afirmam, ficaria cumprida a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Como o impacto fiscal do Rota 2030 é uma redução das receitas em impostos (e não aumento de despesas), a avaliação é que a proposta não causa problemas adicionais para o cumprimento a regra do teto - que impede o crescimento real dos gastos.

Mas, de qualquer forma, o governo deve acomodar os números do programa por causa da regra fiscal diretamente impactada, que é a meta de resultado primário do ano - já estabelecida pela própria PLDO para 2019 em R\$ 139 bilhões.

Como informou ontem o Valor, o programa de benefícios ao setor automotivo Rota 2030 trará um impacto fiscal ainda maior que o inicialmente comentado pelo governo.

No lançamento do pacote - feito pelo Planalto às pressas, na semana passada, para não se ultrapassar o limite dado pela lei eleitoral -, foi mencionado um teto de R\$ 1,5 bilhão ao ano em créditos tributários para montadoras investirem em pesquisa e desenvolvimento. O montante não considerava números de outros itens do programa, como a isenção de imposto de importação para autopeças não produzidas no país, cujo impacto fiscal deixou de ser divulgado.

Conforme a exposição de motivos sobre a medida provisória que o governo enviou ao Congresso, cálculos da Receita Federal apontam que o Rota 2030 vai gerar uma renúncia fiscal de R\$ 2,113 bilhões em 2019 e de R\$ 1,646 bilhão em 2020. Ou seja, um total de R\$ 3,759 bilhões nos primeiros dois anos de vigência do programa. A duração do Rota 2030 é de 15 anos.

Incertezas políticas e econômicas fazem empresas reforçar cautela, diz pesquisa

Por Leila Souza Lima | De São Paulo

As incertezas quanto aos rumos da política nacional estão levando companhias a tomar medidas que vão da redução do nível de caixa à desaceleração no ritmo dos investimentos. Pesquisa inédita do Centro de Estudos em Finanças da EAESP/FGV aponta que, nos últimos seis meses, o enfraquecimento da economia local foi o fator de maior impacto nos negócios para 75,8% dos empresários, seguido pelas preocupações com a indefinição do cenário eleitoral, para 41,8% - razão que tem peso quase quatro vezes maior que efeitos das taxas de juros e inflação, representando 8,5% e 10,5%, respectivamente.

A pesquisa envolveu 153 empresários entre o fim de março e abril, antes da divulgação do PIB do primeiro trimestre e da greve dos caminhoneiros - eventos ocorridos em maio e que desencadearam uma onda de revisões baixistas no PIB. Assim, naquele momento do ano, a fraqueza da atividade já preocupava o setor produtivo.

"O país está vivendo um momento único, de incerteza radical, aquela em que não se consegue sequer traçar probabilidades de cenários. Imagine um diretor trabalhando num ambiente desses.

Por isso, ficamos motivados a entender quais são suas percepções e os impactos desse quadro em suas empresas", explica William Eid Junior, professor titular e coordenador do centro de estudos.

Claudia Yoshinaga, também professora da FGV e coordenadora do Centro de Estudos em Finanças, afirma que o principal impacto reportado pelas empresas é o enfraquecimento da economia, mas não somente. "As coisas andam juntas e a incerteza política configura um grande problema. Some-se a isso o período [pré-eleitoral] em que tudo fica postergado". Para a pesquisadora, se a corrida à sucessão presidencial estivesse mais definida, a economia poderia estar num momento melhor. "O custo dessa espera está afetando fortemente tanto a produção no país quanto os indicadores econômicos", ressalta.

Dos empresários pesquisados, 86,9% levam em conta as incertezas políticas na hora de decidir sobre investimentos futuros e 75% relataram estar mais atentos ao panorama atual. A verificação mostra que 39,2% dos empresários têm propensão a reduzir os investimentos futuros pela primeira razão.

Eid Junior vê com preocupação os indicadores, pois aproximadamente 46,4% das companhias já reportaram quedas nos níveis de investimentos. "Isso é

mortal para o Brasil, mas inevitável diante da realidade. Quanto maior o risco, mais as pessoas se retraem, atuam na defensiva. É assim no mundo todo. Como sair disso? É uma questão difícil de responder nesse momento."

Com menor perspectiva de investimento e atividade, 48,3% das empresas reduziram a quantidade de caixa e 44,4% cortaram capital de giro, segundo o levantamento. Na outra ponta, 30% aumentaram sua posição de caixa, 30% elevaram investimentos e 27,4% aumentaram o endividamento. "Notamos uma grande volatilidade nos níveis de caixa e de investimento das empresas pesquisadas", diz Renato Marchiori, pesquisador do centro de estudos e mestrando da FGV.

Segundo Eid Junior, os resultados da pesquisa que apontam para enxugamento de caixa também podem estar relacionados a um trauma não curado dos brasileiros que já eram investidores 28 anos atrás: o confisco da poupança, dos recursos em conta corrente e depósitos overnight pelo Plano Collor em 1990: "Esse fantasma ainda assombra as pessoas, mas é um temor que não faz o menor sentido. A dívida pública, naquela época, tinha vencimento semanal. Hoje o prazo médio é bem maior, de anos". As precárias condições de financiamento da dívida pública eram um dos fatores que o plano pretendia combater.





O trabalho da EAESP foi inspirado em estudo sobre percepção política feito sob coordenação de John Graham, professor de Finanças da Duke University - que mantém parceria com a instituição brasileira -, com informações extraídas de pesquisa de 2010 feita para sondar CFOs (diretores financeiros das empresas) sobre o impacto de riscos - juros, câmbio, energia, commodities, crédito e geopolítica. Na versão do Centro de Estudos em Finanças da EAESP/FGV, foram consultados, entre 15 de março e 6 de abril deste ano, 153 empresários de 12 ramos de atividade.

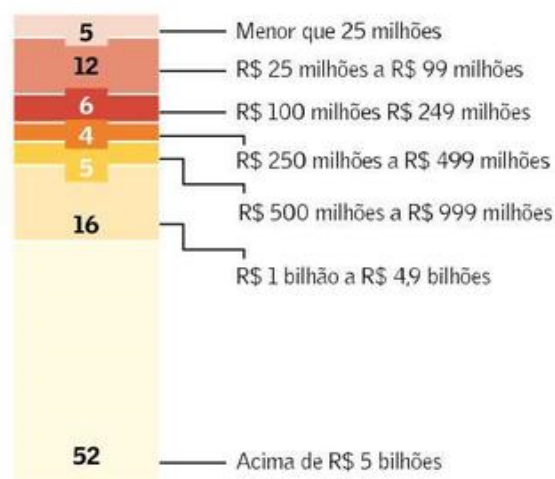
Política é fator relevante para as empresas

Pesquisa ouviu 153 empresários de 12 setores para entender suas percepções e ações tomadas

Segmentos consultados pela pesquisa

Setor	Total	Participação
Serviços	64	41,8
Varejo/Atacado	21	13,7
Financeiro	17	11,1
Manufatura (bens industriais)	10	6,5
Manufatura (bens de consumo)	10	6,5
Energia/Mineração/Materiais Básicos	9	5,9
Tecnologia	6	3,9
Utilidades/Transportes	5	3,3
Real State	4	2,6
Saúde	3	2,0
Agronegócio	2	1,3
Comunicação/Mídia	2	1,3

Faturamentos das empresas



Fonte: Centro de Estudos em Finanças da EAESP/FGV

BNDES estuda medidas sobre liminar que suspende edital da privatização

Por Rodrigo Polito | Do Rio

O BNDES ainda vai avaliar qual medida adotará com relação à decisão liminar da Justiça Federal no Rio de Janeiro que suspendeu a licitação para a contratação de consultoria para fazer a modelagem da privatização do controle da Eletrobras. Gestor do processo de desestatização da companhia, o banco publicou na última segunda-feira aviso de suspensão da concorrência devido à decisão judicial.

"Vamos avaliar ainda", disse ontem o presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, após participar de visita ao Museu de Arte do Rio (MAR).

A liminar concedida pelo juiz Fernando Caldas Bivar Neto, da 23ª Vara Federal do Rio de Janeiro, suspendeu o edital do pregão lançado pelo BNDES para a contratação de empresas para fazer a avaliação da Eletrobras e a modelagem de privatização da holding.

Segundo a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), central sindical contrária à privatização, a liminar atende ação popular movida em maio pela presidente nacional do PCdoB, deputada Luciana Santos (PE); pela dirigente da FNU e do Sindicato dos Trabalhadores

Urbanitários (STIU-DF), Fabíola Antezano; e por Lucio Pottmaier, representante da Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil (Intersul).

Na decisão, o magistrado afirma que, como a medida provisória (MP) 814, que incluía a Eletrobras no Plano Nacional de Desestatização (PND), perdeu eficácia por decurso de prazo sem aprovação pelo Congresso, "voltou a ter vigência a redação [?] que veda, peremptoriamente, a inclusão da Eletrobras no Programa Nacional de Desestatização".

"Por essa razão", acrescentou o juiz, "não é possível dar continuidade ao pregão [?] pois a permissão que a lei confere ao BNDES, enquanto gestor do Fundo Nacional de Desestatizações [?] refere-se à possibilidade de contratação de serviços, consultoria, e estudos necessários à execução das desestatizações, o que, por óbvio, só pode estar relacionado a empresas públicas que estejam incluídas no Programa Nacional de Desestatizações, não sendo esse, como se viu, o caso da Eletrobras".

Com relação à privatização das distribuidoras, Oliveira disse estar confiante na realização do leilão das empresas, marcado para 26 de julho. O banco estatal é o responsável pela licitação, prevista para ser realizada na B3.

"O PL [10.332, que viabiliza financeiramente a venda das distribuidoras] está tramitando. Já foi aprovado o texto base na Câmara. Falta agora os destaques. Estamos confiantes de que vai avançar", completou o executivo.

A expectativa do governo é que os destaques do PL 10.332 sejam votados ainda esta semana, possibilitando o envio do texto para o Senado. A ideia é que os senadores também votem o projeto ainda esta semana, antes do recesso parlamentar, que começa no dia 17 de julho.

Como informado pelo Valor na semana passada, o governo entende ser possível leiloar as distribuidoras, mesmo com a liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski que determina que venda de empresas públicas deve ser precedida de autorização do legislativo. Para o governo, isso não vale para empresas incluídas no PND, caso das distribuidoras.

Por enquanto, apenas a Ceal, distribuidora do Alagoas, não deve ir a leilão no dia 26, se permanecer a vigência de outra liminar de Lewandowski específica à suspensão da privatização da empresa. Presente ao MAR, o ministro das Minas e Energia, Moreira Franco, saiu sem dar declarações.

Risco de rombo bilionário

Projetos no Congresso criam despesa de R\$ 48 bi, mas Tesouro não tem caixa para gasto extra

BÁRBARA NASCIMENTO E
MANOEL VENTURA

-BRASÍLIA- Às vésperas do período eleitoral e prestes a entrar em recesso, o Congresso Nacional tem prontas para votação pautas de interesse de estados, municípios e setores específicos da economia com potencial de gerar um rombo bilionário para a União, como alertou a colunista do GLOBO Míriam Leitão em sua coluna no último sábado. O Tesouro pode ter de arcar com, pelo menos, R\$ 48,3 bilhões em projetos que preveem desde compensações maiores por desoneração de ICMS sobre exportações até a facilitação para criação de cidades.

Ontem, o governo amargou a primeira derrota no plenário do Senado, que aprovou projeto que susta o decreto presidencial que modificou a tributação sobre o xarope usado na fabricação de refrigerante. O texto, que ainda precisa passar pela Câmara dos Deputados, pode gerar uma conta de R\$ 740 milhões que terá de ser coberta pela União. O projeto atende a um pleito do setor de refrigerantes que ficou insatisfeito com a redução de acúmulo de crédito tributário para abatimento do Imposto sobre Produtos

Industrializados (IPI) pago.

A mudança na tributação da bebida foi feita para compensar, em parte, a redução de PIS/Cofins sobre o diesel, negociada para pôr fim à greve dos caminhoneiros. Paralelamente, a equipe econômica tenta diminuir os efeitos de leis aprovadas e que afetam as contas públicas. O governo pretende enviar em breve um projeto de lei ao Congresso para regulamentar os efeitos de emenda constitucional aprovada pelo Legislativo e que determinou que a União abrisse linha de crédito subsidiado para pagamento de precatórios estaduais (valores devidos por perdas judiciais).

Entre as pautas que estão prontas para o plenário e que podem deixar uma fatura alta para a União está o projeto de lei complementar que compensa os estados pela desoneração de ICMS sobre exportações, a chamada Lei Kandir. Pelo texto, o governo federal pode ter de pagar R\$ 39 bilhões anuais aos entes federativos, dez vezes o que a União estava disposta a arcar inicialmente, R\$ 3,9 bilhões. A proposta foi aprovada em comissão especial em maio e está pronta para ser votada no plenário da Câmara dos Deputados.

Outros dois projetos que tramitam em fase final no Legislativo dão facilidades para municípios. Um

deles, que está no plenário da Câmara, permite que prefeituras que tiverem uma queda na arrecadação superior a 10% fiquem isentas de punição se desrespeitarem o limite para gasto com pessoal imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O outro projeto facilita a criação e desmembramento de municípios.

A proposta não tem impacto direto nas contas federais a curto prazo, mas há uma preocupação com os gastos para criação de uma nova estrutura administrativa para esses municípios. Para cada nova cidade, serão criadas prefeituras, câmaras de vereadores e toda a estrutura necessária para tocar a máquina pública.

MAIS 300 MUNICÍPIOS

O texto já foi aprovado no Senado e agora está na Câmara. O projeto pode viabilizar a criação de 300 municípios nos próximos cinco anos. O texto é similar a uma proposta aprovada pelo Congresso em junho de 2014 e vetada pela então presidente Dilma Rousseff. Na época, o argumento para o veto foi que a lei "causaria desequilíbrio de recursos dentro dos estados e acarretaria dificuldades financeiras não gerenciáveis para os municípios já existentes". Além disso, a criação de municípios implicaria redivisão de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).





O projeto permite a criação de municípios com, pelo menos, 6 mil habitantes nas regiões Norte e Centro-Oeste; 12 mil habitantes no Nordeste; e 20 mil no Sul e no Sudeste. Outro ponto criticado na proposta é o que permite a fusão e a incorporação de municípios. De olho na eleição, os parlamentares podem usar essas propostas para agradar a suas bases eleitorais. Como devem ficar totalmente mobilizados pelas eleições no segundo semestre, o que paralisa o Legislativo na segunda parte do ano, deputados e senadores podem aproveitar os últimos dias antes do recesso parlamentar para votar essas propostas a toque de caixa.

E o governo sabe que tem pouca força de mobilização da base quando o assunto são pautas de interesse de estados e municípios. Ao GLOBO, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, disse que tem trabalhado para evitar projetos que aumentem despesas.: — Seguro há algum tempo parte daqueles projetos (que podem aumentar gastos). Acho que não passa (esse projeto que cria municípios) e, se passar, será com uma emenda restringindo muito essa criação de municípios.

Outro projeto polêmico, já aprovado na Câmara e que terá de tramitar agora nas comissões do Senado, pode gerar uma perda de R\$ 8,6 bilhões para os cofres públicos esse ano. E R\$ 9 bilhões no ano que vem. Os deputados incluíram no texto, que cria um marco regulatório para o transporte de

cargas, uma série de benefícios fiscais para o setor. Pela proposta, as empresas que renovarem suas frotas ficarão isentas de PIS/Pasep, Cofins e IPI.

Dispositivos incluídos no texto também permitem que o valor gasto pelas empresas em pedágio seja descontado do Imposto de Renda devido. O projeto que trata do marco regulatório do setor de transportes também abre a possibilidade de anistia para multas aplicadas aos caminhoneiros até a data de publicação da lei. Procurada, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) não informou qual é o valor das penalidades.

SEM ESPAÇO NO ORÇAMENTO

Pelas contas da equipe econômica, toda a sobra dentro do Orçamento foi utilizada para viabilizar a redução do diesel para os caminhoneiros e não há espaço fiscal para mais gastos. O governo tem usado esse argumento para empurrar despesas vultosas já aprovadas pelo Legislativo mas que não cabem nas contas. O discurso entoado por ministros e secretários nos últimos meses, diante de projetos que colocam em risco o equilíbrio das contas públicas, é que a própria Constituição Federal veda a aprovação de novas obrigações sem dotação orçamentária suficiente.

Assim, qualquer novo gasto implica um corte em outra rubrica: — Se demandar orçamento nesse

ano, precisa ser cortado de outras áreas — disse uma fonte da equipe econômica. Um exemplo foi a lei que renegociou e concedeu a produtores rurais descontos no saldo de dívidas com bancos e agências de fomento. O Congresso inseriu essa permissão no projeto que negociou débitos de produtores com o Funrural, com possível impacto de R\$ 17 bilhões para a União. Sem espaço para comportar isso, o Tesouro Nacional emitiu um comunicado aos bancos determinando que essas dívidas não fossem negociadas até que houvesse previsão orçamentária.

E negociou com os parlamentares uma medida provisória (MP) reduzindo a abrangência da lei a pequenos produtores. Assim, espera-se que o efeito da medida caia para cerca de R\$ 2 bilhões. O governo também se desdobra para diminuir o impacto de outra lei aprovada pelo Congresso à revelia da equipe econômica. O Ministério da Fazenda deve encaminhar nos próximos dias um projeto para regulamentar a lei que determina que a União abra uma linha de crédito com juros subsidiados para viabilizar o pagamento de precatórios (decisões judiciais) por estados e municípios. Com o texto, a equipe econômica espera reduzir os efeitos da lei. A expectativa é que o impacto fiscal da medida fique apenas para 2024.

Colaboraram Cristiane Jungblut e Gabriela Valente

Congresso deve deixar para 2019 projetos de interesse do governo

Privatização da Eletrobras e contrato da Petrobras com a União correm risco

BÁRBARA NASCIMENTO E
MANOEL VENTURA
economia@oglobo.com.br
Colaborou Cristiane Jungblut

-BRASÍLIA- Enquanto aumenta o risco de pautas que criam mais rombo no Orçamento serem aprovadas a toque de caixa, com a proximidade do recesso e das eleições, deputados e senadores devem paralisar a pauta econômica de interesse do governo e deixar tudo para depois das eleições. O presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), marcou para hoje a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano. Com isso, os parlamentares poderão oficialmente entrar de férias, antecipando em uma semana o prazo normal, de 17 a 31 de julho.

A partir de agosto, o foco dos parlamentares serão as eleições. O governo já sabe que os projetos que não entrarem agora dificilmente serão votados este ano.

VENDA DE DISTRIBUIDORAS

Entre as principais propostas que

podem ter a votação adiada pelo Congresso estão a que permite a venda de distribuidoras da Eletrobras e a que cria condições para resolver uma pendência contratual com a Petrobras em torno da cessão onerosa, contrato pelo qual a estatal adquiriu o direito de explorar cinco bilhões de barris de petróleo no pré-sal. Essa última proposta abre caminho para um megaleilão de petróleo este ano.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse ao GLOBO que, diante do prazo curto, a ideia é focar em terminar a votação do projeto das distribuidoras da Eletrobras e o que cria o cadastro positivo. Em ambos os casos, falta analisar destaques (possíveis alterações nas propostas) para, em seguida, enviar os projetos ao Senado.

A aprovação da proposta que trata das distribuidoras da Eletrobras é considerada fundamental para o sucesso do leilão, marcado para o dia 26. Essas empresas, no Norte e no Nordeste do país, são deficitárias e endividadas. Com o texto principal da proposta aprovado na semana passada, os deputados concluíram a votação ontem dos destaques. O texto segue para o Senado. A votação da privatização de toda a Eletrobras não deve ocorrer este

ano.

No caso do cadastro positivo — visto pelo mercado como importante para baratear o crédito no país — está em estudo, nos bastidores, a ideia de colocar o projeto em votação, ainda que com possibilidade de ter o texto desidratado pelos destaques. Assim, o governo costuraria no Senado a reintegração dos trechos alterados. Essa estratégia poderia atrasar ainda mais a aprovação da lei. Ao alterar o texto, o assunto precisaria voltar à Câmara.

Estão na lista de pautas que correm o risco de ficar para 2019 o distrato de imóveis (quando o comprador devolve um imóvel à construtora) e a criação da duplicata eletrônica, ambos no Senado. A votação sobre a Petrobras e o leilão de petróleo está no Senado, sem data para acontecer. Segundo a líder da maioria na Casa, Simone Tebet (MDB-MS), ainda não há orientação do governo sobre pautas prioritárias.

Todas essas medidas constavam da relação de 15 itens elencados como prioritários pelo governo após adiar a votação da reforma da Previdência.

Estados vão à Justiça por ferrovias

Espírito Santo e Pará questionam decisão de levar investimentos para o Centro-Oeste

BRUNO DALVI - Especial para O GLOBO

-VITÓRIA E RIO- Os governos do Espírito Santo e do Pará prometem travar uma guerra judicial com o Palácio do Planalto para garantir a realização de obras ferroviárias com os recursos da renovação antecipada de contratos de concessão que vencem na próxima década. O governo federal decidiu antecipar a renovação para cumprir a promessa do presidente Michel Temer de realizar obras estratégicas em seu mandato.

O governo vai abrir mão de outorgas e permitir a renovação de contratos por 35 anos. Em troca, as empresas terão de construir ferrovias consideradas prioritárias, que serão posteriormente licitadas pelo governo. A mudança foi anunciada em reunião do Programa de Parcerias de Investimentos. De acordo com o plano, a Vale, por exemplo, teria de construir uma ferrovia ligando Água Boa (MT) a Campinorte (GO), obra estimada em R\$ 4 bilhões. Os governadores dos estados onde a empresa tem concessões ficaram insatisfeitos com a notícia.

DEMANDA DE ESTUDOS TÉCNICOS

Os governadores Paulo Hartung (ES) e Simão Jatene (PA) se reuniram ontem em Vitória para enviar uma carta a Temer pedindo a suspensão dos processos de renovação das concessões ferroviárias. Eles argumentam ser ilegal e injusto que a contrapartida pela prorrogação da concessão das ferrovias Carajás e Vitória-Minas vá para o Centro-Oeste. Cada estado vai entrar com ação própria na Justiça Federal contra a União.

Na carta enviada a Temer, Hartung e Jatene afirmam que a "prorrogação antecipada cogitada somente será justa, sob a ótica da sustentabilidade e do desenvolvimento regional, se os novos investimentos exigidos pela lei 13.448/2017 forem destinados para a ampliação das malhas ferroviárias nos estados diretamente relacionados com as concessões." Eles também cobram estudos técnicos prévios que fundamentem a vantagem da prorrogação do contrato sem licitação, consulta pública nas regiões interessadas e aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Segundo os governadores, a falta de dados técnicos poderá causar prejuízos financeiros ao Brasil. No

caso do Pará, a contrapartida que melhor atende ao estado é o investimento na Ferrovia Paraense. Os governadores argumentam que esta permitiria escoar a produção do agronegócio do Centro-Oeste. Já para o estado do Espírito Santo a melhor opção seria ampliar a malha da Ferrovia Vitória-Minas. "A ampliação da malha propiciará a integração de mercados maduros de cargas aos portos de alta capacidade localizados no Espírito Santo e Rio de Janeiro, mercados que não crescem por falta de infraestrutura e capacidade logística", afirmaram os governadores na carta.

Segundo Hartung, "não faz sentido uma antecipação de concessão feita às pressas, sem critério, sem um bom debate". Jatene classificou a decisão do governo federal de "atabalhoadada". — Contratos de concessão são fechados em âmbito federal. O que entraria no novo contrato com a Vale são as novas obrigações das partes na concessão (como a isenção de pagamento de outorgas e a construção de uma ferrovia). Se a Vale tiver assinado contratos se comprometendo com investimento em projetos locais, ela não fica isenta deles. Mas isso não estaria no escopo da concessão — afirma o economista Claudio Frischtak, à frente da Inter.B Consultoria.





"INSEGURANÇA JURÍDICA"

Ele vê, no entanto, dois fatores de instabilidade: — Em termos econômicos, falta uma boa análise de onde estão os maiores retornos para a sociedade. Os projetos defendidos por Espírito Santo e Pará podem ser importantes. Mas não sabemos se são os melhores. Por outro lado, isso pode agravar a insegurança jurídica no país. Maurício Lima, sócio-diretor do Instituto de Logística e Supply Chain (Ilos), considera o modelo proposto pelo governo acertado.

Mas avalia que o processo está sendo conduzido sem cuidado, o que pode trazer problemas. — São projetos muito aquém da necessidade do Brasil, falta mensurar impacto e benefício. Em nota, a Vale informou que está acompanhando o debate sobre concessões. "Cabe à empresa, como concessionária, fazer o que for definido pelo governo federal. É importante ressaltar que a aprovação para a prorrogação antecipada das concessões será submetida ao Conselho de Administração da empresa".

Colaborou Glauce Cavalcanti

Centrão vincula apoio eleitoral a cargos

Em troca de coligação ao Planalto, bloco formado por DEM, PP, Solidariedade e PRB quer manter ministérios ocupados hoje no governo Temer

Vera Rosa

Felipe Frazão / BRASÍLIA

A menos de três meses das eleições, o bloco formado por DEM, PP, Solidariedade e PRB começou a traçar a estratégia para manter influência no poder em 2019. Os quatro partidos que compõem o Centrão querem indicar não apenas o vice na chapa do candidato com quem fizerem aliança para a disputa ao Palácio do Planalto, mas também reconduzir o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) ao comando da Câmara e manter ministérios estratégicos ocupados no governo de Michel Temer.

O assunto não é tratado publicamente, mas faz parte de conversas reservadas nas negociações. Dirigentes do grupo se reúnem hoje, em um almoço na casa de Maia, na tentativa de “afunilar” as opções de apoio. Até agora, o Centrão – rebatizado de “blocão” – está mais inclinado a avalizar a pré-candidatura de Ciro Gomes (PDT). Há, porém, resistências no DEM, uma vez que

a maioria da bancada na Câmara prefere se aliar ao ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB), além de dificuldades expostas pelo PRB, que não simpatiza com Ciro e flerta com o senador Alvaro Dias (Podemos).

O PR se “desgarrou” do bloco porque negocia com Jair Bolsonaro (PSL), hoje líder nas pesquisas em um cenário sem o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas foi convidado para o encontro de hoje. Diante de tantas dúvidas, a escolha do Centrão será anunciada após a Copa, que termina no domingo. Enquanto o grupo tenta resolver divergências, no entanto, o loteamento dos ministérios entra no mercado eleitoral.

Visto como a “noiva” dessas eleições, o “blocão” conta, hoje, com 124 deputados, que podem atuar como fiel da balança em qualquer votação. Além disso, tem para oferecer palanques regionais e o tempo de TV na propaganda eleitoral. Se todos os partidos do grupo apoiarem o mesmo candidato, o dote será, na ponta do lápis, de 126 segundos. O PSC integra o grupo, mas não está participando de todas as reuniões.

‘Preço’.

Na quarta-feira passada, um

dirigente do PSDB afirmou ao Estado que Alckmin iria ao jantar com o Centrão ouvir “o preço dos bois”. Embora dita em tom de brincadeira, a frase expressa o rumo da prosa política. O PP quer manter os ministérios da Saúde, Cidades e Agricultura, que dispõem dos maiores orçamentos, além da presidência da Caixa. No DEM, Maia chegou a lançar seu nome ao Planalto, mas avisou aos aliados que vai retirá-la.

Um dos principais nomes do partido, ele busca apoio não apenas para conquistar novo mandato como para sua recondução ao comando da Câmara, em 2019. A sigla ainda controla o Ministério da Educação. “É natural que os partidos que ajudarem na eleição ajudem também a governar, mas não discutimos cargos ainda”, disse o deputado Paulo Pereira da Silva, presidente do Solidariedade.

Em maio, Paulinho da Força, como é conhecido, teve o gabinete revistado por policiais federais durante a Operação Registro Espúrio, que apura fraudes na concessão de registros sindicais pelo Ministério do Trabalho. “O Solidariedade não tem mais espaço ali.

Devolvemos.



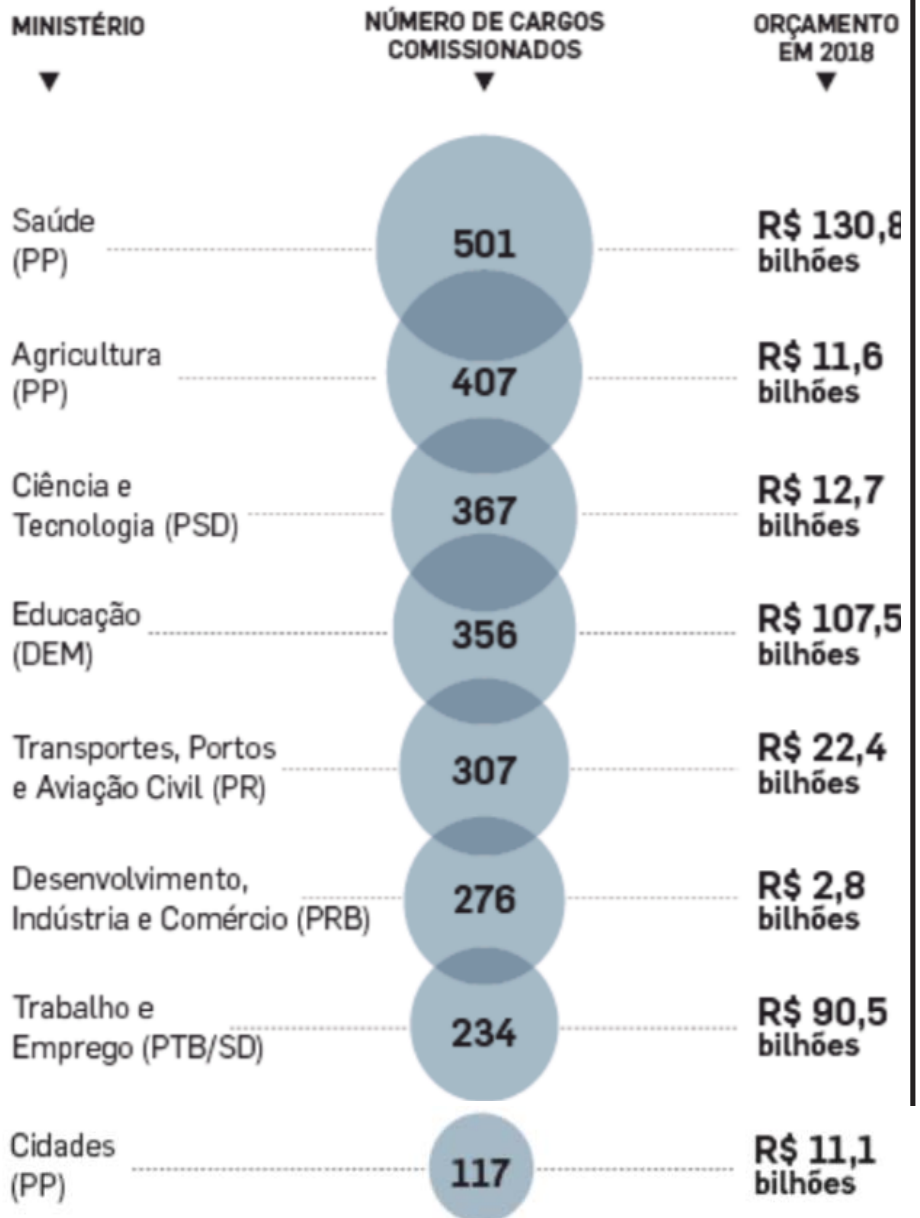


Aliás, acho que o Ministério do Trabalho deve ser fechado porque é um antro de corrupção e problemas”, afirmou Paulinho. O Inbra e a Secretaria de Desenvolvimento Agrário continuam sob a direção do Solidariedade. O presidente do PRB, Marcos Pereira, disse que a participação no governo ainda não foi objeto de debate no grupo.

“Primeiro, queremos apoiar um candidato que tenha possibilidade de chegar no segundo turno, para evitar os extremos”, comentou o ex-ministro. O PRB tem o empresário Flávio Rocha como pré-candidato ao Planalto e o Solidariedade apresentou Aldo Rebelo. Nenhum dos dois, porém, chegou a 1% das intenções de voto.

TAMANHO

● O espaço de cada partido do Centrão no governo Temer



FONTE: MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Fazenda tenta barrar incentivos fiscais sem compensação

Equipe econômica quer evitar que benefícios sejam aprovados no Congresso sem previsão orçamentária

Adriana Fernandes
Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

O Ministério da Fazenda prepara a edição de um decreto para barrar a entrada em vigor de renúncias fiscais até que sejam feitas as compensações de receitas para bancar quaisquer novos incentivos aprovados pelo Congresso Nacional. A área econômica quer evitar o que aconteceu com duas edições do Refis (programas de parcelamento de débitos tributários), implementadas sem a compensação de receitas.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, a ideia é "regulamentar" o polêmico artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que obriga a apresentação de estimativa do impacto das perdas e de medidas para compensá-las. Pelo artigo, a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário no ano em que entrar em vigor e nos dois seguintes, atendendo ao disposto

na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A compensação tem de ser feita por meio do aumento de receita, seja com elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, criação de tributo ou corte de outras renúncias. Embora o artigo da LRF seja autoaplicável, a ideia é especificar situações em que a compensação será exigida, ou o benefício ficará prejudicado. O entendimento é que o decreto vai deixar claro o impedimento do governo de conceder a renúncia em casos como os dos Refis para dívidas do Simples e do Funrural.

Com o decreto, o governo fica impedido de dar continuidade à adesão dos contribuintes ao parcelamento. A ampliação do perdão no chamado Refis do Funrural (contribuição previdenciária de produtores rurais individuais) elevou a renúncia fiscal de R\$ 7,6 bilhões para R\$ 15 bilhões em 15 anos. No Refis do Simples, a estimativa era um perdão de R\$ 7,8 bilhões no mesmo prazo.

Os descontos generosos a esses devedores haviam sido vetados pelo presidente Michel Temer, justamente pela ausência de previsão no Orçamento. Mas o

Palácio do Planalto acabou negociando a derrubada desses vetos pelo Congresso como um aceno à base aliada, provocando uma saia-justa para a equipe econômica. Técnicos avaliam que o governo não poderia nem mesmo ter aberto a adesão aos Refis.

O Tribunal de Contas da União (TCU) já foi avisado de que o decreto deverá ser editado para afastar dúvidas interpretativas. A corte vinha acompanhando a questão porque o Ministério Público junto ao TCU fez uma representação e pediu a suspensão dos programas. O ministro do TCU Vital do Rêgo manteve as adesões, mas emitiu alerta ao governo para o risco de descumprimento da LRF. Ele exigiu informações sobre os riscos dos Refis para as contas públicas.

No TCU, o entendimento é de que, depois do alerta, não há mais espaço para a repetição do que vem ocorrendo, sob pena de punição grave. Ou seja, o governo não poderá implementar nenhuma nova concessão de benefícios aprovada pelo Congresso sem a respectiva compensação. O tema é delicado para o governo, que não quer confronto com o Congresso. A Fazenda não quis comentar o andamento da proposta.

Governo quer retomar projeto que eleva tributo de fundos exclusivos

Eduardo Guardia negocia com o Congresso a apresentação de projeto de lei ou de MP para aumentar a arrecadação

Adriana Fernandes /
BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, negocia com o Congresso Nacional a volta do projeto que altera a tributação dos fundos exclusivos de investidores com alta renda. A equipe econômica quer reforçar o Orçamento de 2019 com o aumento da arrecadação com a tributação desse tipo de fundo que exige quantias elevadas para aplicação do dinheiro.

Guardia está conversando com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), para apresentação de projeto de lei ou de medida provisória, segundo a assessoria do ministro. No fim do ano passado, o governo apresentou MP para aumentar em R\$ 10 bilhões a arrecadação com o tributação desse tipo de fundo – R\$ 6 bilhões para a União e o restante para Estados e Municípios.

Mas a MP perdeu validade,

diante da resistência dos parlamentares contrários ao aumento do Imposto de Renda – muitos deles com recursos aplicados nesses fundos. Como a mudança altera a tributação do IR, a proposta precisa ser aprovada em 2018 para entrar em vigor no ano que vem. O projeto pode dar alívio ao próximo governo no lado das receitas.

Com a alta do IPCA em junho, em decorrência da greve dos caminhoneiros, o governo conseguiu folga para aumentar os gastos em R\$ 14 bilhões. Mas será preciso elevar as receitas para bancar novas despesas abertas pelo teto de gastos, corrigido pela variação da inflação em 12 meses até junho do ano anterior. A avaliação é de que depois das eleições será possível aprovar o texto com o argumento de que a mudança atinge os mais ricos.

Como o projeto de lei do Orçamento tem de ser enviado ao Congresso até o fim agosto, o governo corre para buscar as medidas para fechar o projeto. A legislação exige que propostas de aumento de receita ou redução de gastos sejam apresentadas também para estarem previstas na peça orçamentária.